



**TERMO DE REFERÊNCIA PEDIDOS NºS 43 e 44/2020**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o processo licitatório, por ATA DE REGISTRO DE PREÇO, determinando as condições que disciplinarão a aquisição de Botijão de Gás GLP – P13 e Carga de Gás GLP P13 e GLP P45 em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

- 2.1 A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico, Apêndice “A” do presente termo.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 3.1. Os itens que compõe o objeto da licitação têm a natureza comum, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520/02, c/c inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/19.
- 3.2. Os itens a serem adquiridos possuem especificações conforme Proposta de Preços (Anexo I do edital).
- 3.3. Os respectivos códigos CATMAT dos itens estão discriminados no Apêndice “C” do presente termo.
- 3.4. A contratação objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, terá como tipo o “Menor Preço” e como critério de julgamento o valor do item.

**4. REQUISITOS NECESSÁRIOS (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE)**

- 4.1. Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante fornece/forneceu materiais pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação.
- a) Para atender o disposto acima é necessário que o atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone, e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
- b) No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
- c) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.
- d) Apresentar, preferencialmente, somente os atestados necessários e suficientes para a comprovação da qualificação técnica exigida e, se possível, indicar com marca textos os itens que comprovarão as exigências.



- 4.2 Declaração de Credenciamento de Posto Revendedor de GLP, emitido pela Agencia Nacional de Petróleo.

## **5. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 5.1. A solicitação do material será realizada através da Autorização de Fornecimento (AF), que é documento no qual consta a especificação exatamente licitada, devendo constar o número do Contrato, o material, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local de entrega, além das demais exigências legais.
- 5.2. Os produtos serão entregues, após emissão de Autorização de Fornecimento pelo Departamento de Gestão Operacional da Secretaria de Municipal de Saúde, na qual se informará o endereço da entrega, devendo a mesma ser realizada no prazo máximo de 02(duas) horas contadas do recebimento da autorização. A Autorização de Fornecimento (AF) será enviada à Contratada via "email" ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.
- 5.3. Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados e identificados conforme preconiza a legislação, sendo que a falta do mesmo implicará no não recebimento destes por parte da Comissão de Recebimento.
- 5.4. Caberá a contratada fornecer e instalar, sem nenhum custo adicional para a Contratante nos locais indicados pela mesma.
- 5.5. Todas as despesas relativas à entrega e substituição dos materiais ficarão a cargo da Contratada. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pela Administração, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pela legislação vigente.
- 5.6. A Contratada arcará com todas as despesas dos impostos, taxas, entre outras necessárias, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade sobre os mesmos e deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e integridade dos materiais.
- 5.7. A Contratada garantirá a qualidade dos materiais pelo prazo estabelecido pelo fabricante.
- 5.8. Tanto a Contratada quanto o fabricante assumem inteira responsabilidade pela qualidade e conformidade do material entregue, com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.
- 5.9. As despesas com frete, transporte e demais custos advindos da entrega do material no local indicado pelo Contratante, correrão por conta da Contratada, ficando a cargo da Contratada, ainda, as despesas com remoção dos materiais fornecidos caso tenham que ser substituídos, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade sobre os mesmos.
- 5.10. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

## **6. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO**

- 6.1 O recebimento deverá se efetivar, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente nos termos do art. 73, inciso II, alíneas "a" e "b" do referido dispositivo.
- I. Entende-se como critério de aceitação do objeto que o mesmo esteja de acordo com especificação descrita na Proposta de Preços, que atenda o inciso VIII do art. 39 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).





- II. Após verificação do quantitativo e a equivalência dos materiais entregues com as especificações contidas na Proposta de Preços e, também, no presente instrumento, será feito o recebimento definitivo do material.
- 6.2 Para efeito de recebimento, não serão aceitos os materiais:
- I. Divergentes quanto à marca, o modelo ou às especificações descritas na Proposta de Preços Contratada;
  - II. Com embalagens individuais violadas, inadequação em relação ao conteúdo e não estiverem devidamente identificadas de acordo com o que estabelece a legislação vigente;
  - III. Que não esteja, adequados para uso/utilização.
- 6.3 O Contratante reserva-se no direito de não aceitar os materiais que estiverem em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.4 Os materiais serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias.
- I. Será verificada a equivalência dos materiais entregues com as especificações contidas no Contrato, sob pena a ser recusado o seu recebimento;
  - II. Detectando-se alguma anormalidade como defeitos, falhas ou imperfeições no material, estes serão relacionados e entregues à Contratada para adoção das medidas cabíveis a fim de sanar os problemas, podendo rejeitá-los determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - III. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la imediatamente, contados na data de Notificação;
    - a. Essa Notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
  - IV. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição do material que porventura seja entregue com defeito, danificado ou não compatível com as especificações, sem ônus para o Contratante, mantido o preço inicialmente contratado.
  - V. A aceitação dos materiais somente será efetuada após ter o mesmo sido considerado satisfatório pela Comissão de Recebimento designada especialmente para este fim, sendo que a não observância destas condições implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou pedido de indenização por parte da inadimplente.
- 6.5 A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.
- 6.6 Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.
- 6.7 Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, o Contratante, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.



- 6.8 No caso de inadimplência da Contratada, entrega dos materiais com especificações diferentes do ofertado, ou ainda com imperfeições, quantidade inferior ao consignado na Nota de Empenho, considerar-se-á como data efetiva da entrega aquela em que a totalidade dos materiais seja entregue, em quantitativos e características compatíveis com o solicitado.
- 6.9 Em caso de necessidade de providências por parte da Contratada, o prazo para pagamento será suspenso e o fornecimento considerado em atraso, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e conforme o caso, as outras sanções estabelecidas na lei e neste Contrato.
- 6.10 Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do material e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado ou no caso de apresentar falha, mesmo que o fato ocorra após o recebimento provisório e/ou definitivo, sob pena de aplicação, pelo Contratante, das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.11 Todos os custos referentes ao fornecimento, como transporte, taxas e impostos, despesas com refeições e estadias de funcionários, atendimento fora do horário comercial para entrega e demais despesas necessárias para o perfeito fornecimento contratado, correrão por conta exclusiva da Contratada.
- 6.12 O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Contratada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como no artigo 69 da Lei Federal 8.666/93, e demais exigências legais.

## **7 DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 7.1 A Contratada obriga – se a entregar os itens no quantitativo e condições especificadas no Pedido de Licitação, Contrato e Nota de Empenho, devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (nota fiscal).
- 7.2 Caberá a Contratada fornecer e instalar, sem nenhum custo adicional para a Contratante nos locais indicados pela mesma.
- 7.3 A Contratada deverá arcar com todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga, visando à efetiva entrega dos produtos no local indicado.
- 7.4 A Contratada deve assegurar que seus empregados ou prepostos sujeitem – se as normas operacionais internas das Unidades, quando dentro dos recintos das mesmas, a qual arcará com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticadas quando da entrega dos produtos objeto deste termo de referência.
- 7.5 Todos os trabalhos relativos ao fornecimento deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, sendo “obrigatório” o uso de uniformes e equipamentos de segurança (EPI). A licitante vendedora deverá ainda, obedecer as normas técnicas da ABNT aplicáveis e fornecer produtos de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).
- 7.6 O produto deverá ser acondicionado em recipientes transportáveis em aços (vasilhames) específicos (fabricados em conformidade com a Resolução nº. 017 de 30/10/1984 (CONMETRO) e NBR 8460), que sejam lacrados e com rótulos de instruções de uso, não sendo admitido, para efeitos de recebimento do produto que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações descritas na proposta de preços.





- 7.7 Os produtos recusados pelo contratante deverão ser substituídos, no prazo máximo de 01 (um) dia, contados da data da notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

## **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 8.1 Estimam-se os gastos com aquisição dos materiais, o valor de R\$ 44.389,80 (quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e nove e oitenta).

## **9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 9.1 As despesas correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária.

1202 - Fundo Municipal de Saúde;

10.122.11- Programa de Gestão Administrativa;

2082 - Suporte da Gestão Administrativo;

1034 – Construção, Aquisição de Equipamentos Mobiliários e Sede Administrativa;

33.90.30 - Material de Consumo.

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

10.124.12 – Gestão do SUS;

2084 – Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde

33.90.30.00 – Material de Consumo.

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

10.301.14 - Atendimento Básico a Saúde;

2090-Atenção a Rede Básica de Saúde;

1035 – Construção, Ampliação, Reforma, Aquisição Equip, Veículos e Mobília

33.90.30 - Material de Consumo.

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

10.302.15 - Atenção de Média e Alta Compl. Amb e Hosp, Urgencia e Emerg;

2095 - Manutenção da Rede de Atenção a Saúde Especializada, Ambulatorial e Hospitalar;

1094 – Construção, Ampliação, Reforma, Equipamento e Mobiliários – Unidade Especializada;

33.90.30 - Material de Consumo.

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

10.304.17 - Sistema de Vigilância em Saúde;

2098 – Desenvolvimento e Manutenção de Ações e Serviços de Vigilância Sanitária;

33.90.30 - Material de Consumo;

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

10.305.17- Sistema de Vigilância em Saúde;

2101- Implementação e Manutenção de Ações e Serviços na Vigilância Epidemiológica;



2202 – Manutenção das Ações de Vigilância, Prevenção, e Controle das IST/AIDS e Hepatites Virais;

2208 – Implementação e Manutenção das Ações de Vigilância Ambiental e Controle de Zoonoses;

2209 - Manutenção das Ações de Vigilância nas Patologias Infectocontagiosas – TB/HANS

33.90.30 - Material de Consumo;

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

10.331.17- Sistema de Vigilância em Saúde;

2105 - Implementação e Manutenção das Atividades do Centro de Referência em Saúde do Trabalho;

33.90.30 - Material de Consumo;

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

## **10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

a. Constituem obrigações da Contratada:

- I. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da entrega dos materiais;
- II. Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à entrega do objeto da licitação;
- III. Dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na integra solicitadas;
- IV. Entregar os materiais solicitados de acordo com a descrição.
- V. Executar a entrega através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Município exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o Município por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- VI. Obrigar os funcionários a apresentar-se portando documentos de identificação e com vestimenta adequada;
- VII. Responsabilizar integralmente pela venda dos materiais, nos termos da legislação vigente;
- VIII. Realizar a entrega de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidos neste Termo;
- IX. Observar as prescrições emanadas do agente da Administração designado para acompanhar a entrega dos materiais;
- X. Ser zeloso na entrega, de maneira a não pôr em risco à saúde dos seus agentes e servidores;
- XI. A adjudicatária deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- XII. A adjudicatária deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;
- XIII. Substituir os materiais, às suas expensas, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

b. Constituem obrigações do Contratante.

- I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;





- II. Aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- III. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos materiais solicitados;
- IV. Atestar às notas fiscais/faturas correspondentes a entrega dos materiais referente ao objeto deste Termo de Referência;
- V. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- VI. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- VII. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados;
- VIII. Elaborar as Notas de Empenhos e as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades a serem executados;
- IX. Encaminhar os materiais, cuja garantia estiver vigente, para manutenção preventiva e corretiva somente a empresas concessionárias do fabricante.
- X. Exercer a fiscalização da entrega dos materiais por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- XI. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- XII. Proporcionar a Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega dos materiais;
- XIII. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a Contratada entregar fora das especificações do Contrato;
- XIV. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

## **11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 11.1 Nos termos do art. 67 Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1 A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no edital no Contrato e legislações correlatas.



### 13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 13.1 O presente instrumento terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial e com término em 31 de dezembro de 2020.
- 13.2 Este Contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o artigo 57 a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.
- 13.3 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes a contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.
- 13.4 No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

### 14. DO PAGAMENTO

- 14.1 O pagamento será efetuado em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após a entrega e aceite definitivo dos materiais, mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente; juntamente com as certidões negativas de débito União, Estado e Município, devendo para isso ficar especificado, o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.
- 14.2 Deverá constar o número do Empenho na Nota Fiscal a ser emitida.
- 14.3 A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:
  - I. **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
  - II. **Nota Fiscal** gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não execução dos serviços solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
  - III. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.
- 14.3.1 No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice "A", devidamente assinada pelo responsável e no original.
- 14.3.2 A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento dos materiais e, conseqüentemente da nota fiscal.

### 15. CONDIÇÕES DO REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1 O Órgão Gerenciador será a Secretaria Municipal de Fazenda, através do Departamento Central de Compras.
- 15.2 O Órgão participante será a Secretaria Municipal de Saúde.





- 15.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93.
- 15.4 Quanto a intenção de Registro de Preço – IRP, não será permitido a participação a demais interessados do presente processo, haja vista que a participação de outras entidades neste certame, ensejaria atraso na aquisição dos bens, já que demandaria a necessidade de consolidação de informações relativas à estimativa individual e total de consumo dos interessados, assim como a necessidade de envio dos documentos referentes a instrução processual dos prováveis participantes, ocasionando atraso no presente processo de contratação. Deste modo, a Secretaria Municipal de Fazenda, Órgão Gerenciador, não poderá autorizar adesão por órgão ou entidades não participantes (adesão tardia), haja vista não haver justificativa técnica para tal adesão.
- 15.5 A Administração Municipal não se obriga firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços ou nas quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para contratação dos serviços de respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 15.6 A Administração Municipal não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços ou nas quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para contratação dos serviços de respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 15.7 A validade da Ata de Registro de Preço não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8666/93.
- 15.8 A licitante vencedora não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

## **16. FUNDAMENTO LEGAL**

- 16.1 Este termo foi elaborado obedecendo ao disposto nas normas e procedimentos administrativos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Decreto Municipal nº 368 e 20 de junho de 2009, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda da Lei Federal nº 8.666, e 21 de junho de 1993 e alterações e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório vinculando-se ao edital e seus anexos.

## **17. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

- 17.1 Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pela servidora Paula da Silva Claudino, matrícula funcional nº 114766060-5, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

ts. 136  
Prot. E. 1015/2020  
Rub. 02  
Proc.

**Paula da Silva Claudino**  
*Diretora Departamento Operacional*

**18. DA AUTORIZAÇÃO**

- 18.1 Com fundamento no art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente Termo de Referência e as justificativas apresentadas no Apêndice "A" e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.

Dourados, 18 de Agosto de 2020.

**Jackson Farah Leiva**  
*Secretário Adjunto de Saúde*





**APÊNDICE "A"**  
**JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO**

A presente aquisição visa Botijão de Gás GLP – P13 e Carga de Gás GLP P13 e GLP P45 em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades.

Justifica-se a necessidade da aquisição solicitada, devido ao fato de que todos os setores solicitantes possuem cozinha equipada com fogão, conseqüentemente necessitam da carga de gás para preparo de café, chá, para consumo dos servidores que atuam em tais unidades, bem como, aos pacientes ali atendidos, ou aqueles que participam dos programas oferecidos nos postos de saúde, como o Hiperdia.

Ainda, o gás GLP é utilizado no preparo de alimentos no CAPS e Residência Terapêutica. Também, as unidades de saúde, na execução de alguns procedimentos necessitam utilizar água que passe pelo processo de fervura.

Dourados, 18 de Agosto de 2020.

  
**Jackson Farah Leiva**  
Secretário Adjunto de Saúde



**APÊNDICE "B"**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ART. 4º  
(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012)

**Prefeitura Municipal de Dourados**

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I. Preenche os seguintes requisitos:

a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável